

DPS/SC/5.3  
Ofício nº 154/16  
2016-05-31



FENPROF

[fenprof@fenprof.pt](mailto:fenprof@fenprof.pt)

**Assunto: Subscrição do Abaixo-Assinado/Petição “Escola Pública”**

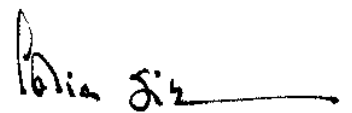
Caros camaradas,

A União dos Sindicatos de Lisboa (USL/CGTP-IN) vem por este meio expressar o seu acordo e subscrever o Abaixo Assinado/Petição promovido pela FENPROF em defesa da Escola Pública (texto em anexo).

Como bem dizem, só com um maior investimento na Escola Pública se garante o direito de todos a uma educação de qualidade!

Recebam as nossas saudações sindicais

A Direcção da USL/CGTP-IN

  
Célia Portela

**UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA**

# Escola Pública

## ABAIXO-ASSINADO / PETIÇÃO

A Constituição da República impõe a obrigação de o Estado Português promover uma rede de estabelecimentos públicos que satisfaça as necessidades de toda a população. Dificuldades em garantir essa resposta levaram o Estado a assinar contratos de associação com o setor privado em áreas onde a oferta pública era inexistente ou insuficiente.

Com o passar dos anos, o número de contratos celebrado revelou-se claramente excessivo face às necessidades do sistema, verificando-se, por ausência de fiscalização, frequentes situações de desrespeito dos termos desses contratos, particularmente no que concerne aos limites das áreas geográficas que lhes foram atribuídas.

Face à declarada intenção do Governo de fiscalizar rigorosamente o cumprimento dos contratos assinados em agosto de 2015 e ao protesto de quem, tendo assinado o contrato, pretende receber apoio financeiro para alunos que residem em áreas onde existem escolas públicas, os abaixo-assinados/peticionários defendem:

- 1. Que não haja duplicação do financiamento e que, no respeito pela Constituição, se garanta o financiamento adequado à Escola Pública;**
- 2. Que o apoio financeiro a colégios privados, através de contratos de associação, tenha lugar apenas quando a resposta pública é insuficiente, sendo, nesse caso, apoiados os alunos das áreas geográficas previstas nos contratos celebrados;**
- 3. Que aos docentes dos estabelecimentos particulares e cooperativos, cujos horários de trabalho são ainda mais sobrecarregados, sejam aplicadas as mesmas normas que se aplicam no ensino público.**

Os abaixo-assinados/peticionários rejeitam todas as acusações que pretendem minorizar e desqualificar o ensino público e os seus profissionais, reafirmando que só com um maior investimento na Escola Pública se garante o direito de todos a uma educação de qualidade.

### UNIÃO DOS SINDICATOS DE LISBOA